



DESCONSTRUINDO FAMÍLIAS UNIVERSAIS: DIVERSIDADE, PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS (SESSÃO LIVRE)

Rossana Brandão Tavares

PPGAU-UFF | rossanatavares@id.uff.br

Resumo geral: A ideia de um homem universal já tem sido debatida, e desconstruída, compreendendo que esse homem dito universal é hétero, cisgênero, branco e eurocêntrico. Entendemos que há também uma ideia de família supostamente universal, atravessadas pelas perspectivas heteronormativas, presente na atuação e reconhecimento do Estado através das suas instituições e ações de planejamento urbano, que são limitantes e, assim deveriam ser desconstruídas. Deste modo, a família deveria ser considerada uma complexidade temática e política devido as formas de se estabelecer vínculos, afetos, cuidados, mas ainda assim, segundo os estudos da família, tem sido compreendida em um modelo único, pouco problematizado diante das contradições do familismo ou dos múltiplos arranjos familiares na contemporaneidade. Com isso, pretendemos aqui apontar para necessidade da inclusão da família como uma questão importante para uma revisão crítica do planejamento urbano.

A demografia se dedica à análise quantitativa e qualitativa das unidades familiares, sua estrutura, composição, dinâmica e transformações. A disciplina explora temas clássicos como os processos de formação, dissolução e reconfiguração das famílias, bem como a crescente diversidade de seus arranjos. Ademais, a demografia familiar aborda questões contemporâneas de relevância, tais como as interações entre trabalho e família, as relações de gênero e reprodução, os conflitos entre esferas produtiva e reprodutiva e as tendências de fecundidade conforme apresenta o Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo (Marcondes, Vieira). A mesa contará com a leitura dos dados demográficos sobre domicílios e de como a abordagem sobre a chefia de domicílios contribui, ou não, para olhar sobre o reconhecimento estatal das famílias e discussões sobre *familismo* na política urbana, mas esta não será uma mesa sobre família vista apenas pelo campo da demografia. O tensionamento sobre aquilo que foge ao conceito de família, sobre a necessidade de conceituar novos entendimentos de famílias (ou não famílias) em conflito com reconhecimento e ações estatais também serão explorados nessa sessão.

A partir da história das lutas e construção das teorias feministas, a família é identificada como o espaço das relações privadas que se contrapunham a esfera pública e passam a ser problematizadas na oposição entre natureza e cultura, das quais as mulheres teriam funções naturais do cuidado, e assim como o espaço privado seria o ambiente natural a este reservado, sendo desconsiderado, portanto, do debate do planejamento estatal público (Bhattacharya 2023, Federici 2013, Safiotti 1979). Ou apenas naquilo que se referencia a heteronormatividade (Rubin, 1993; Buttler, 2003). Soma-se também reflexões do pensamento descolonial que alertam sobre as explicações da organização da sociedade a partir do entendimento de uma família universal (nuclear e heteronormativa), desconsiderando outras organizações sociais que não partem do mesmo entendimento. Esse movimento possibilita reinterpretar outros aspectos relacionados às opressões de gênero e raça (Oyěwùmí, 2004; Collins, 2017; Davis, 2016). Não se trata apenas de expandir a compreensão de diferentes composições familiares, mas que pensar a família considerando sua constituição colonial é imputar a invisibilização de múltiplos arranjos sociais e constituições de gênero. Seguindo percurso semelhante, a teoria queer e produções LGBTQIAPN+ levantam a pauta antifamília que em uma leitura reducionista entende-se como um desejo pelo fim da família, interpretação comumente mobilizada por conservadores que se valem de uma falsa e hipócrita bandeira sobre a defesa da família, tendo essa apenas um modelo, biparental, cisgênero, hétero e monogâmico (Butler, 2003; Vassalo, 2022; Moschkovich, 2023).

Dentro das decisões judiciais de direitos familiares, as relações de afeto têm ganhado uma importância antes reservada às relações de descendência e matrimoniais. A partir da antropologia pelo estudo da combinação das estruturas formais que compõe os sistemas de parentesco, tal como é entendido hoje, entre as relações de descendência (relação entre pai e filho e mãe e filho); a relação de consanguinidade (relação entre irmãos); e a relação de afinidade (relação do casamento) surgiram as contribuições para a “desnaturalização” e “desuniversalização” da família (Sarty, 1992). O fenômeno das famílias multiespécie tem sido um desafio contemporâneo para ambas as disciplinas e colocam novas pautas para o planejamento urbano e a regulação estatal.

Assim, as cinco palestras estão organizadas através abordagens críticas sobre concepções tradicionais de família e suas implicações no planejamento urbano e nas políticas públicas.

Rossana Brandão Tavares discute a partir das teorias de reprodução social, como o conceito de familismo nas políticas urbanas pode ser uma importante chave de interpretação para os estudos urbanos, a partir de uma abordagem feminista. Propõe assim um movimento teórico-conceitual para desestabilizar esses paradigmas, destacando o impacto do familismo na luta pela emancipação feminina e justiça social nos territórios urbanos. Para tanto, mobiliza conceitos como habitat e corpo para explorar a problemática nas políticas de moradia popular no país.

Guilherme Carpintero de Carvalho explora a relação entre a propriedade privada individual e a família monogâmica normativa, questionando como políticas habitacionais negligenciam arranjos sociais diversos, limitando o reconhecimento estatal e mantendo desigualdades no acesso à moradia. Com base em estudos de caso, a palestra reflete sobre o descompasso entre a realidade dos arranjos sociais de moradia e as políticas de acesso a terra, de como as concepções hegemônicas de família influenciam na exclusão habitacional.

Ana Paula Perrota analisa a crescente inclusão de animais de estimação nas estruturas familiares humanas, formando famílias multiespécies. A palestra aborda como essas mudanças desafiam práticas urbanas e políticas públicas, exigindo novas regulamentações para atender às demandas dos animais como membros da família, com impacto em áreas como habitação, comércio e justiça.

Eduardo Rocha Lima apresenta as Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+ como exemplos de habitação coletiva e ressignificação familiar em resposta à exclusão e violência enfrentadas por essa população. A palestra investiga como essas casas desafiam normas cisheterossexuais e questionam a relação tradicional entre espaço público e privado, propondo novos modelos de convivência e planejamento urbano.

Joice de Souza Soares analisa os dados recentes dos censos demográficos sobre mudanças nos arranjos familiares brasileiros, com ênfase em famílias chefiadas por mulheres, especialmente negras, em territórios vulneráveis. A palestra reflete sobre como os marcadores sociais de diferença influenciam os padrões de organização familiar, contribuindo para debates sobre desigualdade e políticas públicas inclusivas.

MOVIMENTOS DE INVERSÃO: QUESTIONAMENTOS A PARTIR DA REPRODUÇÃO SOCIAL E FAMILISMO NO PLANEJAMENTO

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

EAU/UFF | rossanatavares@id.uff.br

A apresentação visa compartilhar trajetórias de reflexão e questionamentos sobre como a teoria da reprodução social e as contradições em torno do patriarcado do salário, fortemente discutidas por autoras como Tithi Bhattacharya, Silvia Federici, Nancy Fraser, Heleieth Saffioti, Verônica Gago, entre outras, dão suporte a movimentos de inversões epistemológicas no planejamento nas pesquisas que temos empreendido recentemente, com vistas a colocar no centro a problemática do familismo nas políticas urbanas, cujo debate passa ao largo nos estudos urbanos.

Nesse sentido, a questão em torno do corpo e habitat são centrais para propor inversões de abordagens, e confrontar a ideia de liberdade para as mulheres diante dos modelos heteronormativos de família, com as propostas de políticas urbanas e moradia frente a luta pela emancipação das mulheres nos territórios urbanos. Para tanto, propomos um movimento de desvelar como as teorias feministas, tanto na sua dimensão de luta, de

existências e resistências nos territórios, podem desestabilizar as estruturas e os paradigmas do planejamento urbano, centrando as reflexões na estrutura familiar e os tensionamentos produzidos pelas teorias feministas.

De modo geral, a ideia de família é aquela tradicional, heteronormativa, com filhos, e nucleada a partir de um chefe, majoritariamente um homem, com sua esposa responsável pelo trabalho do cuidado da família, colocando-se num segundo plano, atravessada brutalmente por valores de gênero definidores de uma moral machista sobre os corpos feminizados. O familismo num contexto de vulnerabilidade social, nesse sentido, atua de modo a transferir para as mulheres a tarefa de serem os “pilares da sociedade”, e encarnarem o papel de responsabilidade de encontrar saídas para a pobreza geracional. A perversidade da perpetuação do familismo sobre a qual recai nos ombros das mulheres, ganha novos contornos quando olhamos as estatísticas em que a cada ano há um crescente percentual de domicílios chefiados por mulheres. Precisamos nos perguntar: que famílias são essas? e antes, quem produz as famílias, afinal?

MONOGAMIA, AMOR PROPRIETÁRIO

Guilherme Carpintero de Carvalho

FAU/USP | guilherme.carpintero@usp.br

Despir a terra e as relações de convivência das suas normatividades (propriedade privada individual e família nuclear monogâmica) fazem parte de uma mesma agenda e devem ser incorporadas nas respostas de planejamento urbano e habitacional. Partimos da hipótese que por trás das políticas de acesso à terra urbana existe um ideário de família normativa que ignora a diversidade de arranjos sociais, que obstaculiza o reconhecimento dos arranjos familiares fáticos, ou mesmo a proposição de soluções habitacionais que fujam ao modelo único da propriedade individual. A partir da premissa de que há uma interdependência entre as concepções hegemônicas de família e a propriedade privada individual, apresentaremos como essas ideias influenciam políticas habitacionais no Brasil. As políticas públicas, ao reforçarem a individualização da propriedade, ignoram a diversidade dos arranjos sociais, limitando o reconhecimento estatal de formas de organização que fogem à normatividade. Assim, respostas habitacionais alternativas permanecem restritas e subutilizadas e arranjos familiares não normativos enfrentam desafios adicionais. A integração das dimensões de família e propriedade é fundamental para enfrentar os entraves ao direito à moradia digna. Embora existam instrumentos jurídicos que busquem formas coletivas de posse, como a usucapião coletiva, seu uso é limitado.

Neste trabalho serão apresentadas leituras críticas sobre a formação da família hegemônica, e aquelas que discutem formatos familiares diversos, incluindo os não reconhecidos pelo Estado. Como o modelo de família que conhecemos hoje se constituiu como hegemônico, e como uma série de campos do conhecimento contribuíram para desnaturalizá-la e revelar

suas raízes, a partir dos estudos sociológicos, incluindo contribuições da antropologia, filosofia a partir de diferentes categorias de análise, como sexo, gênero e trabalho.

Serão apresentadas também as primeiras impressões do trabalho de campo em que pretende tensionar a convivência coletiva e a propriedade individual, a relação família e políticas de acesso à terra urbana, os estudos de caso serão utilizados para analisar como esses mecanismos ainda falham em reconhecer a diversidade dos arranjos de convivência.

Recuperamos a ideia de família, para transpor a pergunta: o que o poder público considera como família para desenhar suas políticas, e, em especial, as políticas de planejamento urbano e habitação?

FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: NOVOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOCIONATURAIS

Ana Paula Perrota

IFRRJ | E-mail

O processo domesticatório remonta há dez mil anos atrás. Desde então, em seus múltiplos processos e dinâmicas, a vida e a morte de humanos e animais se entrelaçaram, formando uma convivialidade multiespécie. Até o momento atual, os animais, embora sempre presentes nas casas e quintais, nos meios urbanos e rurais, nunca foram tidos como membros da família, ainda que pelo menos os cachorros tenham ganhado o status de “melhor amigo do homem”. Mas nos últimos anos, observamos uma transformação moral dos vínculos e das sensibilidades no que diz respeito aos modos de convivência com os animais, principalmente nos meios urbanos. Tanto a adoção do veganismo, em razão da consideração dos animais como sujeito de direitos, quanto a criação de animais de estimação como “filhos” são atitudes motivadas por uma perspectiva que considera a vida dos animais sacralizada nos moldes das vidas humanas. As noções de família são agora desafiadas num processo complexo que desafia junto as cidades. A família enquanto um domínio humano e as cidades enquanto um projeto de oposição ao rural e ao que se entende como natural, precisam corresponder às reivindicações que emergem a partir da chamada família multiespécie. O Estado se vê pressionado no âmbito municipal, estadual e federal a se responsabilizar pelos animais através de programas de castração, adoção, atendimento médico veterinário, resgate em situações de desastres, criação de áreas de lazer etc. As esferas econômicas são também pressionadas. Diante da família multiespécie, vemos a permissão para a entrada de animais em estabelecimentos comerciais, como shopping centers e aeroportos. Condomínios de habitação, que comumente proibiam a presença de animais, até mesmo nos apartamentos, passaram a se preocupar com a criação de áreas comuns destinadas a eles. Sem falar de toda uma infraestrutura mercadológica de bens e serviços criadas para atender às novas necessidades dos animais como membro da família. Por fim, o judiciário também precisa se rever para lidar com questões como pensão, guarda compartilhada e até pedidos de habeas corpus para animais. Dizer, portanto, que animais fazem parte de uma família multiespécie

faz parte de um processo complexo, conforme pretendemos discutir detalhadamente aqui, que traz desafios múltiplos diante da nova posição social ocupada por eles.

CASAS DE ACOLHIMENTO LGBTQIAPN+: FORMAS COLETIVAS DE HABITAR E OS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Eduardo Rocha Lima

UFBA | eduardolima@ufba.br

A constituição de diversas formas de famílias, que não as matrimoniais e consanguíneas, e a organização em vida coletiva de famílias por afinidades e por ajuda mútua são realidades estratégicas da existência da população LGBTQIAPN+, constituindo, junto com diversos outros fatores, a “condição precária” (Butler, 2015) de sua sobrevivência em contextos urbanos. A experiência de assumir-se fora do enquadramento cisheterossexual, em muitos casos, é colocar-se em risco dentro do ambiente privado do lar que nos gerou, acarretando a necessidade, para manutenção de nossa integridade física e mental, da busca por redes de apoio fora do ambiente familiar, ou, em ocasiões de extrema rejeição, o encarar-se em situação de rua e abandono, caindo, então, em estado de extrema vulnerabilidade social.

Sendo alvo de violências e opressões tanto no espaço público quanto no privado, os indivíduos sexo-gênero dissidentes precisam, necessariamente, criar suas “famílias”, ressignificando laços afetivos e formas de habitar a casa, assim como seus modos de ocupação das cidades, na luta por uma vida digna.

As Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+ surgem dentro desse contexto de vida coletiva e ajuda mútua entre pessoas que, fugindo de violências, se unem para habitar um imóvel comum, na construção de outros porvires possíveis. Tecnologia oriunda da articulação social em torno da construção de um abrigo seguro, as Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+ atualmente no Brasil oferecem apoio jurídico, psicossocial e educacional/profissionalizante, além da habitação, e encontram-se em um momento bastante desafiador de institucionalização e de reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de sua função social.

Dentro deste contexto institucional e de criação de políticas públicas e entendendo, com a ajuda de Michel Foucault (2007) e Silvia Federici (2019), que o casamento burguês, o lar patriarcal e a família heterossexual constituem a base de sustentação da reprodução e manutenção do capitalismo e de suas instituições estatais, questionamos: o que a experiência das Casas de Acolhimento LGBTQIAPN+ ensinam sobre habitação coletiva não centrada na cisheterossexualidade? Como estas formas de habitar, desconectadas da norma cisheterossexual e da reprodução do capital, reconfiguram a relação generificada entre espaço público (político, produção social, masculino) e espaço privado (doméstico, reprodução social, feminino)? Quais desafios são postos ao pensamento e à produção da arquitetura e do planejamento urbano pela prática desconstruída do binarismo de gênero e da heterossexualidade na habitação?

ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL DE ONTEM E HOJE: O QUE MOSTRAM OS DADOS CENSITÁRIOS?

Joice de Souza Soares

ENCE/IBGE | joicesoaresence@gmail.com

De acordo com o “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, publicação produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o número de famílias brasileiras havia superado a marca de 72 milhões no ano de 2022. No mesmo ano, pela primeira vez em toda a série histórica – iniciada em 1995 –, as mulheres foram a maior parte dos responsáveis pelos domicílios do país (51%), fenômeno que já tinha sido observado nas localidades urbanas das regiões Norte e Nordeste desde 2019.

O estudo, que conta com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançou luz sobre as transformações ocorridas nos domicílios brasileiros nos últimos anos, com destaque para a diversidade dos arranjos familiares no Brasil contemporâneo.

Casais com filhos representaram a maior parte das famílias, tanto nos domicílios chefiados por homens (46,4%) quanto naqueles chefiados por mulheres (34,6%). Nas composições familiares em que não havia filhos residindo no domicílio, os homens apresentaram percentual superior (23,3%) àquele observado para as mulheres (14,5%). Destacou-se, ainda, o arranjo familiar monoparental nas famílias cuja principal responsável pelo domicílio era do sexo feminino (28,8%) em relação à composição familiar do mesmo tipo com responsável do sexo masculino (4,6%).

Mas, os censos demográficos também são importantes fontes para a compreensão da composição das famílias. Crê-se que tais levantamentos são cruciais para a identificação de relações entre marcadores de classe, renda, cor/raça e, especialmente, território – na medida em que permitem níveis de desagregação não alcançados em pesquisas domiciliares.

Nesta comunicação, com base nos dados dos censos demográficos de 2010 e 2022, pretende-se discorrer sobre as modificações ocorridas nos arranjos familiares ao longo da última década, com destaque para famílias chefiadas por mulheres e, especialmente, por aquelas pretas ou pardas nas diferentes regiões – considerando, inclusive, territórios historicamente vulnerabilizados, como as favelas e comunidades urbanas. Pretende-se, desse modo, fornecer subsídios para a identificação da influência de marcadores sociais da diferença nos padrões de organização familiar no Brasil.